

QUAL É A FUNÇÃO BÁSICA DOS NOMES PRÓPRIOS?

¿CUÁL ES LA FUNCIÓN BÁSICA DE LOS NOMBRES PROPIOS?

WHICH IS THE BASIC FUNCTION OF PROPER NAMES?

Cícero Antônio Cavalcante Barroso

Professor da Universidade Federal do Ceará / FUNCAP / CNPq

E-mail: cicero@lia.ufc.br

Natal (RN), v. 21, n. 35
Janeiro/Junho de 2014, p. 429-454

Princípios
Revista de filosofia

E-ISSN: 1983-2109

Resumo: A visão filosófica sobre nomes próprios mais popular nos dias de hoje afirma que a única função semanticamente relevante desses nomes é a função referencial. Neste artigo, desafio essa visão, apresentando vários argumentos para mostrar, em primeiro lugar, que nomes próprios também são usados para codificar informação, e, em segundo lugar, que essa função informacional dos nomes próprios é na verdade mais básica do que a sua função referencial; mais básica no sentido de que o uso referencial de um nome próprio ‘n’ depende de ele ser usado antes de tudo para codificar informação. Antes de apresentar esses argumentos, todavia, faço uma rápida inspeção de alguns pontos do debate contemporâneo sobre nomes próprios e esclareço minha concepção de ‘informação’. Ao final, ainda faço algumas breves considerações sobre as implicações dos argumentos apresentados aqui para a visão millianista dos nomes próprios.

Palavras-chave: Descritivismo, função de código, função referencial, informação, millianismo.

Resumen: La visión filosófica sobre nombres propios más popular en los días de hoy afirma que la única función semánticamente relevante de esos nombres es la función referencial. En este artículo, desafío esa visión, presentando varios argumentos para mostrar, en primer lugar, que nombres propios también son usados para codificar información y, en segundo lugar, que esa función informacional de los nombres propios es en verdad más básica que su función referencial; más básica en el sentido de que el uso referencial de un nombre propio ‘n’ depende de ser usado ante todo para codificar información. Antes de presentar esos argumentos, hago una rápida inspección de algunos puntos del debate contemporáneo sobre nombres propios y aclaro mi concepción de ‘información’. Al final, hago algunas breves consideraciones sobre las implicaciones de los argumentos presentados para la visión millianista de los nombres propios.

Palabras clave: descriptivismo, función de código, función referencial, información, millianismo.

Abstract: Nowadays, the most popular philosophical view about proper names says that the only semantically relevant function of these names is the referential function. In this article, I challenge this view by presenting several arguments to show, first, that proper names are also used to encode information, and, secondly, that the informational function of proper names is actually more basic than their referential function, more basic in the sense that the referential use of a proper name 'n' depends on whether it is used primarily to encode information. However, before I present these arguments, I do a quick inspection of some points of the contemporary debate about proper names and I clarify my concept of 'information'. At the end, I still do some brief remarks on the implications of the arguments presented here for Millian view of proper names.

Keywords: Coding function, descriptivism, referential function, information, Millianism.

A ideia wittgensteiniana de que a linguagem é como uma caixa de ferramentas goza hoje de grande popularidade. É certo que a linguagem nos permite realizar diferentes propósitos e que, para cada um deles, há um tipo de enunciado que nos presta o serviço que demandamos. Para transmitir conhecimento, para dar uma instrução, para fazer uma pergunta, para reclamar das políticas públicas para a educação, para elogiar sua namorada, para expressar os sentimentos que a primavera lhe inspira, para tudo isso há enunciados consentâneos. Cada um deles cumpre sua função quando, ao usá-los, você obtém o que quer ou precisa. Como é possível que certos conjuntos de sons ou caracteres sirvam assim tão bem aos nossos propósitos? Uma resposta aparentemente simples e sensata para essa pergunta é a seguinte: a linguagem nos ajuda a fazer e conseguir coisas porque através dela damos e recebemos informação. A informação causa mudanças nas pessoas. Quando sua namorada ouve seu elogio, ela sofre uma mudança interior (para melhor, ou para pior) e tem a possibilidade de agir de acordo com essa mudança (sorrindo ou perguntando o que foi que você fez). Da mesma forma, quando alguém lhe ensina como chegar a uma rua que você procura, você ‘processa’ aquela informação e consegue achar seu caminho. E, assim, de modo geral, sempre que a linguagem é usada para um dado propósito e o propósito é alcançado, pode-se dizer que alguma informação foi comunicada. É importante observar que essa característica da linguagem de servir como veículo para a informação é básica em um sentido muito claro. A linguagem pode servir a vários propósitos, mas em todos os casos é a transmissão de informação que faz a diferença. Dados um falante A e um ouvinte B, é certo que nenhuma declaração de A

aumentará o conhecimento de B, nenhuma ordem de A será cumprida por B, nenhuma pergunta de A será respondida por B etc., se B não puder extrair informação das expressões usadas por A. A função de veicular informação, ou, como vou me referir doravante, a função de código é, nesse sentido, a função básica da linguagem, todas as outras funções da linguagem dependem dela.

Neste artigo, embora ainda deva fazer algumas observações que reafirmam a legitimidade dessa tese sobre a função de código da linguagem em geral, meu interesse principal recai sobre uma tese de âmbito mais restrito, a saber, a tese de que a função de código é a função básica também dos nomes próprios. Dizer que a função de código é a função básica dos nomes próprios significa dizer que: 1. sempre que um enunciado com ocorrência de nomes próprios é usado de modo eficiente, os nomes próprios que ocorrem nele funcionam como códigos; e 2. nomes próprios só podem desempenhar uma função referencial se antes desempenharem uma função de código. Essas duas cláusulas serão estabelecidas por argumentos que recorrem a uma definição específica de ‘informação’. A definição será apresentada na seção 3 e os argumentos, na seção 4. Na seção 5, apontarei algumas conclusões implicadas pelas seções anteriores e farei alguns esclarecimentos úteis. Antes de tudo isso, porém, cumpre fazer uma rápida resenha do debate contemporâneo sobre nomes próprios.

O debate contemporâneo sobre nomes próprios. De um modo geral, pode-se dizer que o debate contemporâneo sobre nomes próprios ocorre entre aqueles que defendem que a função referencial é a única função linguística semanticamente relevante dos nomes próprios e aqueles que negam essa posição. Por conveniência, vou chamar os primeiros de millianistas¹ e os últimos de descritivistas.

¹ Em seu *System of Logic*, John Stuart Mill distingue entre nomes conotativos e não-conotativos. Um nome conotativo é um termo que denota um ou mais objetos e faz isso ao implicar (conotar) um atributo desse(s) objeto(s). Um nome não-conotativo denota sem conotar atributo nenhum, denota como se estivesse afixado ao próprio objeto. Feita a distinção, afirma-se: “whenever the names given to objects convey any

Descritivistas podem discordar entre si sobre qual seria a função adicional dos nomes próprios. Alguns alegam que nomes funcionam como um tipo de centro gravitacional para sentidos pragmaticamente flutuantes (cf. Frege, 1948, nota 2), outros que eles têm a função de abreviar descrições definidas (cf. Russell, 1985, pp. 71-2) e outros ainda que eles servem como pegadores nos quais penduramos descrições (cf. Searle, 1958, p. 172). Descritivistas também podem discordar sobre como a função adicional de um nome próprio influencia na sua função referencial. Alguns acreditam que a influência é determinante (por exemplo, para Frege, um nome precisa ter um sentido para ter uma denotação, mas não precisa ter uma denotação para ter um sentido), outros, porém, acreditam que as funções são independentes (Jerrold Katz, por exemplo, advoga que as ‘propriedades de sentido’ de um nome próprio são essenciais para explicar questões de sinonímia, analiticidade e substitutividade, mas são dispensáveis quando se trata de explicar como a referência dos nomes próprios é fixada; cf. Katz 1990, 1997 e 2001).

A posição millianista recebeu um alento poderoso a partir das reflexões de Kripke sobre nomes próprios. O ponto inicial dessas reflexões é a tese da designação rígida, a tese de que nomes próprios são designadores rígidos. Kripke chega a essa tese por meio de seu trabalho na teoria dos modelos para as lógicas modais (cf.

information, that is, whenever they have properly any meaning, the meaning resides not in what they denote, but in what they connote. The only names of objects which connote nothing are proper names; and these have, strictly speaking, no signification” (Mill, 1981, livro I, cap. II, §5, p. 34). Note que, nessa formulação, ter um significado equivale a ter conotação e a transmitir informação. Assim, pode-se concluir que, na visão de Mill, nomes próprios não transmitem informação. Não obstante, em outra passagem, lê-se: “A proper name is but an unmeaning mark which we connect in our minds with the idea of the object, in order that whenever the mark meets our eyes or occurs to our thoughts, we may think of that individual object” (ibid., p. 35). Essa parece ser uma função adicional dos nomes próprios (e uma função informacional em certo sentido), o que poderia levar alguém a argumentar que Mill não era realmente millianista. Seja como for, como disse, vou usar o rótulo ‘millianista’ por conveniência.

Kripke, 1980, pp. 3-15). Podemos nos convencer dela se examinarmos nossas intuições sobre as condições de verdade de enunciados modais. Por exemplo, qual a nossa intuição quando julgamos ser verdadeiro o enunciado ‘Sócrates poderia ter sido um tirano’? A intuição é a de que podemos imaginar ou conceber Sócrates numa situação em que ele é um tirano. A situação imaginada não corresponde a nenhuma situação histórica real, mas o indivíduo que toma parte nessa situação imaginária é o indivíduo real. Se não fosse assim, ela não seria uma situação em que Sócrates é um tirano, seria uma situação em que outro indivíduo é um tirano, e isso não nos ajudaria em nada para julgar a verdade do enunciado modal em análise. Dessa forma, todo enunciado modal sobre Sócrates evoca uma situação contrafactual que envolve o mesmo indivíduo: Sócrates. Se acrescentarmos a isso o fato de que uma situação contrafactual é uma situação que, por definição, ocorre em um mundo possível diferente do atual, então cada enunciado modal sobre Sócrates faz referência a um mundo possível em que Sócrates existe. O indivíduo existente lá é o mesmo existente aqui, logo, se o nome ‘Sócrates’ refere o indivíduo que existe aqui, também refere o que existe lá. De fato, o nome ‘Sócrates’ refere o mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis em que ele existe, e isso equivale a dizer que ‘Sócrates’ é um designador rígido. Como esse argumento pode ser generalizado para qualquer nome próprio, a conclusão é a tese de que todo nome próprio funciona como um designador rígido.

Por outro lado, Kripke observou que descrições definidas não funcionam em geral como designadores rígidos. Por exemplo, a descrição ‘o filósofo casado com Xantipa’ refere Sócrates no mundo atual, mas podemos imaginar um mundo possível em que coube a Parmênides a sorte de ser o filósofo casado com Xantipa e, daí, naquele mundo, é Parmênides que é referido pela descrição. Isso basta para mostrar que a descrição não é um designador rígido.

Em *Naming and Necessity*, ao considerar esses resultados – nomes próprios são designadores rígidos, descrições definidas em geral não são – Kripke conclui primeiramente que a tese de que

nomes próprios são sinônimos de descrições definidas é falsa ². Em seguida, apresenta vários argumentos no intuito de refutar certas teses que caracterizam o que ele chama de '*cluster concept theory of names*', uma teoria que utiliza intuições descritivistas para explicar a função referencial dos nomes próprios (cf. Kripke, 1980, pp. 64-5 e 71).

O conjunto dessas refutações mostra, na opinião de Kripke, que o descritivismo é falso, seja enquanto teoria do significado seja enquanto teoria da referência. Em vista dessa falência do descritivismo, ele propõe uma nova explicação para a função referencial dos nomes próprios. Segundo essa explicação, um falante A consegue referir um indivíduo x com o nome n devido à história do uso referencial de n. O que dá início a essa história é o batismo inicial de x, a ocasião em que o nome n é usado pela primeira vez para referir x. Daí para frente o que acontece é que cada indivíduo que passa a usar n deve ter a intenção de usá-lo com o mesmo referente do homem de quem ele o ouviu (cf. Kripke, 1980, p. 96). Essa sucessão de falantes que usam n para referir x é o que Kripke chama de 'cadeia de comunicação'.

Essa explicação kripkiana para a função referencial dos nomes próprios não implica diretamente o millianismo, mas como o próprio Kripke afirma em seu artigo *A Puzzle About Belief*, de 1979, ela está bem próxima do paradigma millianista de nomeação (cf. Kripke, 1979, p. 239). De fato, nesse artigo, a intenção de Kripke é defender a posição millianista contra o que seria a última arma descritivista: o argumento da substitutividade. O argumento alega

² Kripke sugere que essa tese é defendida por alguns descritivistas. No entanto, nenhum descritivista que conheço (e.g. Frege, Russell, Searle e outros) a enuncia. É verdade que alguns dizem que nomes próprios têm um tipo de conteúdo que eles adquirem quando são associados a uma descrição definida ou a certa combinação de descrições definidas, não obstante, todos salientam que a associação é feita por um falante particular em uma ocasião particular. Sendo assim, o conteúdo que o nome adquire é um significado de falante, não um significado semântico, como seria necessário para que houvesse uma relação de sinonímia entre o nome e a descrição definida, ou entre o nome e a combinação de descrições definidas (para um aprofundamento desse ponto, cf. Barroso, 2010, pp.79-81).

que, se nomes próprios tivessem apenas a função de referir, dois nomes codesignativos deveriam ser sempre intercambiáveis *salva veritate*, no entanto, isso não acontece em contextos de crença e conhecimento. Por exemplo, o falante A pode crer que Cícero foi um brilhante orador romano e descrever que Túlio foi um brilhante orador romano. Logo, o enunciado ‘A crê que Cícero foi um brilhante orador romano’ será verdadeiro, ao passo que o enunciado ‘A crê que Túlio foi um brilhante orador romano’ será falso. Kripke tenta rechaçar esse argumento mostrando que o fenômeno da opacidade de nomes próprios em contextos de crença e conhecimento não tem nada a ver com o pretenso fato de eles terem algum tipo de conotação. Ele compõe um caso metucioso para evidenciar que o fenômeno poderia se manifestar mesmo se, em uma sentença expressando crença, substituíssemos um nome próprio por seu equivalente em outro idioma (e.g., ‘London’ e ‘Londres’). Uma vez que seria difícil alegar que tais nomes têm conotações diferentes, ficaria provado que sua opacidade independe de eles terem algum tipo de conotação. É com essa sorte de argumento que Kripke tenta assegurar a posição millianista em *A Puzzle About Belief*.

Na minha opinião, ele não logra seu intento, mas não vou tentar justificar essa opinião aqui. No momento, o que me interessa é chamar a atenção para o fato de que, depois dos ataques kripkianos ao descritivismo, o millianismo se tornou quase uma unanimidade na filosofia analítica da linguagem. As poucas vozes dissonantes, todavia, são dignas de serem ouvidas. Argumentos antimillianistas persuasivos podem ser encontrados, por exemplo, em Katz 1990, 1997 e 2001, Chomsky 2000 (em particular no capítulo 6) e Searle 2002 (em particular no capítulo 9). A partir de agora, gostaria de juntar a esses os meus argumentos. Começo fazendo uma análise do conceito de *informação* que adotarei.

Definindo ‘informação’. Como Dretske diz no prefácio de *Knowledge and the Flow of Information*, a palavra ‘informação’ se tornou uma palavra para todo propósito. É em grande parte por conta da pluralidade de aplicações da palavra que o número de definições e

caracterizações do conceito de *informação* tem se avolumado. A despeito disso, porém, a definição que adotarei neste artigo é, até onde sei, nova. O problema com as definições disponíveis no mercado, pelo menos com aquelas de que tenho notícia, é que elas não me parecem, por assim dizer, bem temperadas. Uma definição é algo que temperamos com intuições. Se você não usa as intuições certas na medida certa, a definição não sai tão boa quanto poderia ser. Muitos filósofos até identificam os ingredientes de uma boa definição de *informação*, mas tem dificuldades em colocá-los todos na mesma panela. O filósofo italiano Luciano Floridi é um exemplo.

As intuições de Floridi me parecem corretas e devo dizer que as utilizo com proveito em minha definição, o problema é que ele não consegue juntá-las em uma definição abrangente. Em vez disso, ele as reparte entre diferentes definições – uma definição de ‘conteúdo semântico’, uma de ‘informação ambiental’, uma de ‘informação semântica’, entre outras (cf. Floridi 2010). Além disso, a própria forma como ele define alguns desses termos tem um sabor estranho. Por exemplo, a definição que ele denomina de GDI (*General Definition of Information*), em vez de dizer que a informação é algo que *está contido* em um dado, parece dizer que a informação *é* o dado (Floridi, 2010, p. 21), o que não condiz com afirmações tais como ‘os dados fornecem informação’ ou ‘os dados transmitem informação’, afirmações encontradas em muitos textos de Floridi.

A despeito disso, como já disse, Floridi tem um grande mérito em discernir os principais ingredientes da desejada receita. Dada a diversidade de usos da palavra ‘informação’, não é fácil reconhecer o que é relevante. Nesse sentido, acredito que algo que pode nos ajudar é considerar usos cientificamente mais respeitáveis. Quando o biólogo afirma que o DNA contém informação, quando o físico afirma que é possível gravar informação em um único átomo, quando o cientista da computação afirma que a quantidade de informação que o Tupã (o supercomputador do INPE) processa em um minuto é maior que a quantidade que um computador convencional processa em uma semana, quando o neurocientista afirma que o cérebro processa informação auditiva mais rapidamente que informação visual, considero que todos esses usos são respeitáveis. Penso que é aí, em primeiro lugar, que devemos

buscar as intuições necessárias para o preparo de uma boa definição. Efetivamente, foi refletindo sobre esses usos que identifiquei as seguintes intuições:

i) Informação é algo que um sistema envia para outro.

Uma informação é algo capaz de viajar de um ponto para outro. O ponto de partida pode ser denominado de ‘fonte’, ou ‘emissor’, ou ‘informante’; e o ponto de chegada pode ser chamado de ‘destino’, ou ‘receptor’, ou ‘informado’.

ii) Informação é algo que vem em uma embalagem.

Para que uma informação seja disponibilizada, ela precisa ser inserida em um meio físico, e, para que seja acessada, ela precisa ser extraída desse meio. Note que a informação não é o meio, ela apenas usa o meio como suporte. Isso se torna evidente se observarmos que a mesma informação pode estar contida em meios diferentes (e.g., a mesma mensagem pode ser enviada por carta manuscrita, por e-mail, por comunicação oral etc.). Quando uma informação é inserida em um meio, diz-se que ela foi codificada, e quando é extraída desse meio, diz-se que ela foi decodificada.

iii) Informação é algo que sistemas não inteligentes podem acessar e processar.

É perfeitamente apropriado dizer que o RNA transportador acessa a informação codificada no RNA mensageiro, ou que o leitor de cartão magnético lê as informações do meu cartão de crédito, ou mesmo que a flauta processa a informação fornecida pelo sopro e pela digitação do flautista. O processamento de informação não pressupõe inteligência ou linguagem.

iv) Informação é algo que tem um destinatário determinado.

A informação é direcionada para certos sistemas, outros sistemas não terão acesso à informação, eles não poderão decodificá-la. Um sinal de rádio, por exemplo, veicula uma informação que só pode ser decodificada por um aparelho de rádio ou algo similar; a versão original da *Eneida* contém uma informação que só pode ser processada por um leitor de latim; e assim por diante. Note, porém, que os mesmos dados físicos que fornecem uma informação para o receptor A podem fornecer uma informação diferente para o receptor B. Por exemplo, a versão original da *Eneida* fornece uma

informação para um leitor de latim e outra para uma máquina fotocopadora. Da mesma forma, uma palavra (e.g., ‘famigerado’, ‘Madagascar’) pode fornecer informações diferentes para diferentes ouvintes, causando assim equívocos linguísticos.

v) Informação não é significado.

Há muitos exemplos de situações em que se pode dizer que há processamento de informação mas não há apreensão de significado. Por exemplo, se ouço duas pessoas conversando em uma língua que desconheço e acontece dessa língua ser russo, ainda posso dizer com alto grau de confiança que elas não conversam em japonês (que também desconheço). Assim, sou capaz de extrair informação daquela conversa, mas não significado. Outros exemplos que vêm à mente aqui dizem respeito a máquinas e a animais irracionais. Um *cd player*, por exemplo, extrai informação de um cd, mas não é razoável sugerir que ele encontra algum significado no cd. Da mesma forma, é possível dizer que, para a abelha, o cheiro das flores fornece uma informação valiosa. Entretanto, não se pode dizer que o cheiro lhes fornece significado, pelo menos não se pensarmos em ‘significado’ como algo que depende de linguagem.

vi) Informação é algo que pode causar mudanças.

Esse, para mim, é o aspecto mais interessante da informação. Os exemplos do começo desse artigo mostram como a informação veiculada pelas expressões da linguagem causam mudanças nas pessoas. Mas não só a informação linguística causa mudanças. Na verdade, pode-se dizer que um dado só é informativo se ele for capaz de causar alguma mudança em um sistema receptor apropriado. Esse é o pressuposto por trás da famosa definição de Gregory Bateson segundo a qual informação é uma diferença que faz uma diferença³. Quando giro a chave na ignição do meu carro e o carro não apresenta nenhum problema (o que às vezes acontece), ela fornece a informação adequada para o sistema de ignição e isso produz uma mudança no motor. Quando um elétron excitado emite um fóton, esse evento codifica uma informação que gera uma mudança no sistema, e o resultado disso é que o elétron volta para o

³ Na verdade, antes de Bateson dar essa definição, Donald MacCrimmon MacKay já havia definido informação como “uma distinção que faz uma diferença”.

seu orbital de origem. Em suma, sempre que uma informação é acessada por um sistema, mudanças acontecem nesse sistema ⁴.

Essas são as intuições que contribuíram mais diretamente para a construção da definição de *informação* que passei a utilizar em minha pesquisa. A definição é a seguinte:

Dinf: informação é o conteúdo de um código.

Para que Dinf e suas implicações sejam mais bem entendidas, devemos recorrer às seguintes definições auxiliares:

Daux1: um código é um dado informativo

Daux2: um dado é um aspecto que se diferencia em um contexto⁵

Daux3: um dado *d* é informativo se e somente se existem em princípio sistemas de decodificação que têm uma mudança de estado quando decodificam *d*

Daux4: um sistema de decodificação é um sistema que implementa uma função de transição de estados

Daux5: um estado é cada uma das configurações (conjuntos de parâmetros) que um sistema apresenta ao longo do tempo

Daux6: uma função de transição de estados é uma regra que diz o que deve acontecer para o sistema passar de um estado para outro

Considero que Dinf, auxiliada pelas definições acima, captura e expressa de forma suficientemente clara aquelas intuições relativas à noção de informação que analisamos anteriormente, porém, de qualquer forma, gostaria de fazer algumas observações que podem ajudar o leitor a ter uma ideia ainda mais precisa do seu alcance.

Em primeiro lugar, é necessário observar que, embora a nossa definição de *informação* recorra à noção de *código* e a definição de

⁴ A intuição (vi) não é de que ‘informação’ é outro nome para *causa*. Na verdade, a noção de *informação* é, em certo sentido, mais básica do que a noção de *causa*. Suponha que A é causa de B. Como podemos explicar esse vínculo causal? Minha intuição é de que a explicação deve recorrer à noção de *informação*. A causa B porque entre A e B há um sistema de decodificação de informação S tal que, quando S está em um estado apropriado e recebe A, S produz B. Explicado assim, o vínculo entre A e B deixa de ser um fato bruto arbitrário, ele é na verdade o resultado do processamento da informação realizado em S.

⁵ Daux2 é declaradamente inspirada em caracterizações de Floridi (cf. Floridi, 2010, pp. 22-31).

código recorra à noção de *dado informativo*, não há circularidade aqui. A expressão ‘dado informativo’ não tem em si nada que possa introduzir circularidade nas definições (‘informativo’ é apenas uma sequência de letras). Existiria circularidade se a definição de *dado informativo* recorresse à noção de *informação*, mas isso não ocorre⁶.

Note-se também que Dinf não vincula informação com verdade ou com conhecimento. Em vez de ser retratada como algo que dá conhecimento, a informação é caracterizada como algo que tem a capacidade de causar mudanças. Se disséssemos que informação é algo que deve sempre produzir conhecimento no receptor, então somente criaturas com capacidade epistêmica se qualificariam como receptores de informação e, dessa forma, a intuição (iii) se perderia. Mas esse não é o único problema. Acontece que há realmente informações que geram crenças. É correto sustentar que essas crenças devem ser sempre verdadeiras? Não parece. Sustentar isso é pressupor que todo enunciado falso é desprovido de informação. E pressupor isso é presumir que toda informação é sobre eventos ou fatos reais. Isso não é verdade, nem toda informação é *sobre* algo; em muitos usos respeitáveis da palavra ‘informação’, informação é informação *para* algo. Quando um programador escreve um programa, esse programa contém informação *para* o acionamento de certas operações no computador. A informação tem aí um valor operacional, mas não é razoável postular que ela tem um valor de verdade. Imagino que ninguém negaria que instruções veiculam *informação-para*. Agora, o que eu sugiro é que não só a informação instrucional mas qualquer informação funciona como informação-para, destarte, na minha opinião, toda informação-sobre também é informação-para. Um enunciado declarativo verdadeiro P fornece informação *sobre* um fato ou evento, mas também fornece informação *para* disparar certas operações mentais em um ouvinte/leitor A – operações de interpretação, classificação,

⁶ Discussões que tive depois da submissão deste artigo me fizeram perceber que a definição central para minha caracterização da noção de informação é Daux3. Dinf é apenas a consequência de Daux3 e de uma observação pragmática segundo a qual dizer que um dado d contém informação é apenas outra forma de dizer que d é informativo. Essa nota pode ser útil para iluminar Dinf e evidenciar seu caráter não circular.

memorização etc. O resultado dessas operações é frequentemente uma crença de que P. É preciso notar, porém, que se P fosse falso e A ignorasse isso, no que diz respeito aos efeitos psicológicos suscitados em A, tudo se passaria da mesma forma. É plausível, portanto, manter que P fornece informação para A mesmo quando é falso. Muito embora, nesse caso, a crença que P provoca em A seja falsa, ela é o resultado das mesmas operações que produzem uma crença verdadeira quando P é verdadeiro. O acionamento dessas operações só pode ser feito pela informação que P veicula. Conclui-se assim que P fornece informação para A, quer seja verdadeiro, quer seja falso. Em face dessas conclusões, o fato de Dinf não vincular informação com verdade parece justificado.

Outra coisa que Dinf utiliza e que vale a pena tornar mais clara é a noção de *dado*. Ao dizer que um dado é um aspecto que se diferencia em um contexto, quero dizer que qualquer diferença no mundo é um dado (como Floridi declara, um dado é uma ‘falta de uniformidade’). Pode-se postular que essa diferença existe na realidade independentemente de ser detectada por um sistema perceptivo, ou considerar que ela só existe enquanto diferença perceptível. Seja como for, a definição de *dado* independe da perspectiva adotada, e o mesmo vale para a definição de *informação*.

É importante também chamar a atenção para um aspecto de Daux3. Ali, o que é requerido para que um dado seja informativo não é que *atualmente* haja um sistema de decodificação capaz de processar a informação, mas apenas que esse sistema seja *possível em princípio*. Desse modo, fica aberta a possibilidade de um dado encapsular informação que nenhum sistema de decodificação existente consegue extrair. De fato, foi isso que ocorreu com os hieróglifos. Eles continham informação desde que foram escritos, muito antes, portanto, da descoberta da pedra de Roseta. A descoberta tão somente tornou possível recuperar o sistema de decodificação correspondente àquela informação.

Outrossim, a noção de *sistema de decodificação* deve ser bem entendida. O que um sistema de decodificação efetivamente faz é ler a informação de um dado e passar para um novo estado. A informação é o gatilho que dispara a mudança. Muitas vezes, o novo

estado do sistema funciona como um novo código que fornece informação para outros sistemas. Vários sistemas podem ser encadeados desse modo. Por exemplo, quando um pianista toca a partir de uma partitura, vários sistemas de decodificação são articulados. A partitura fornece informação para o cérebro do músico, o cérebro fornece informação para os dedos, os dedos fornecem informação para o piano, o piano fornece informação para os ouvidos da plateia e assim vai. Nesse exemplo, o cérebro do pianista, os dedos do pianista, o piano e os sistemas auditivos dos ouvintes, cada um desses elementos deve ser visto como um sistema de decodificação. Esses sistemas se caracterizam pelas correlações que fazem entre dois pares: de um lado, o par formado pelas informações recebidas e os estados que eles apresentam ao recebê-las e, do outro lado, o par formado pela informação processada e os estados que eles assumem ao fim do processamento. Com base nisso, pode-se concluir que essas correlações obedecem a funções de transição de estado F tais que $F: I \times S \rightarrow I \times S$, onde I é o conjunto de informações que o sistema pode decodificar e recodificar e S é o conjunto de estados que o sistema pode assumir. Uma vez que sistemas de decodificação implementam funções, se acontece de em certa ocasião o sistema estar no estado s_1 e passar para o estado s_2 , e acontece de em outra ocasião ele estar no estado s_1 e passar para o estado s_3 , então é forçoso concluir que as informações recebidas nas duas ocasiões foram diferentes. Não é possível que a mesma informação produza transições diferentes no mesmo sistema (adiante, ao me referir à 'funcionalidade da informação', estarei me referindo a essa característica da informação). Além disso, é preciso atentar para a seguinte característica das funções de transição de estado: se o par $((i_1, s_1), (i_2, s_2))$ pertence a uma função de transição de estados, então s_1 é necessariamente diferente de s_2 , isto é, toda informação decodificada gera uma mudança efetiva no sistema. Há ainda outras questões relacionadas aos sistemas de decodificação que merecem ser discutidas, todavia, neste artigo, não tratarei dessas questões.

O exemplo do pianista também é útil para mostrar que a informação pode ser codificada em diferentes meios. A partitura, os disparos neuronais no cérebro, o balé dos dedos do pianista, as

teclas e cordas do piano, as ondas sonoras, todas essas coisas exemplificam diferentes meios de codificação. De acordo com a natureza do meio, a informação pode receber diferentes rótulos. Por exemplo, como a partitura é um código que codifica informação por meio das características visuais das figuras na pauta, diremos que a informação que ela oferece é informação visual; já a informação veiculada pelos dedos é um tipo de informação mecânica e a informação transportada pelo som é informação sonora ou auditiva. E, generalizando, uma informação é do tipo x , se x é um adjetivo referente ao meio que serve de veículo para a informação.

Há muitas outras implicações de Dinf e das definições auxiliares que poderiam ser examinadas, mas não há como fazer isso aqui. De todo modo, o que foi dito nos parágrafos anteriores deve ser suficiente para emprestar plausibilidade aos argumentos que vou apresentar em favor da tese de que a função básica dos nomes próprios é a função de código. Passo então aos argumentos.

A função de código como a função básica dos nomes próprios. Pode-se dizer que o indivíduo A domina a linguagem L se A tem condições de mapear os enunciados de L em estados psicológicos e comportamentais adequados. Em outras palavras, se A responde perguntas de L , cumpre ordens de L , adquire crenças com base em enunciados descritivos de L etc., e faz tudo isso de forma adequada, então A domina L . Certamente, as regras/processos/algoritmos (ou seja o que for) que A usa para fazer esse mapeamento podem ser descritos como funções de transição de estado. Mas, uma vez que os descrevemos assim, A deve ser visto como um sistema de decodificação, e os enunciados de L , como códigos que fornecem informação para tal sistema. É exatamente essa informação que causa mudanças em A , fazendo-o dar respostas, cumprir ordens, adquirir crenças etc. Agora, é preciso reconhecer que a informação que um enunciado transmite depende das palavras que entram em sua composição. Se trocamos uma palavra em um enunciado, o efeito que ele causa pode ser bem diferente, e isso indica que houve uma mudança na informação transmitida. Isso parece mostrar que a palavra enquanto tal contribui com uma parcela de informação para

a composição da informação total veiculada. De fato, é plausível presumir que a informação veiculada por um enunciado E é uma função das informações veiculadas pelas palavras componentes de E e da informação advinda do contexto de proferimento de E (vou chamar essa presunção de ‘postulado da composicionalidade da informação proposicional’, abreviadamente, PCIP). Ao fazermos essa constatação, somos compelidos a concluir que as palavras de uma linguagem L também funcionam como códigos para os usuários de L.

Bem, se você concorda que temos boas razões para tirar essa última conclusão, então deve concordar igualmente que nomes próprios também funcionam como códigos. Com efeito, com base nas observações anteriores, é possível compor um argumento que demonstra isso. O argumento é o seguinte:

Argumento 1: Sejam E1 e E2 enunciados da linguagem L que se distinguem apenas pelo fato de E1 apresentar o nome próprio n nos lugares em que E2 apresenta o nome próprio m, sendo $n \neq m$. Suponha que, em certo cenário conversacional, um usuário A de L é exposto a E1 enquanto está no estado s, e essa exposição faz com que A mude para o estado s1. Suponha então outra situação: o mesmo indivíduo A, no mesmo cenário conversacional e no mesmo estado s, é exposto dessa vez a E2 e isso faz com que A mude para o estado s2. É inegável que s1 pode ser diferente de s2. Mas, se s1 é diferente de s2, então a informação veiculada por E1 é diferente da informação veiculada por E2 (pela funcionalidade da informação). Se as informações dos enunciados são diferentes, e o cenário conversacional é o mesmo, então essa diferença nas informações é devida a uma diferença na composição dos enunciados (por PCIP). Mas, como sabemos, os elementos que diferem na composição de E1 e E2 são apenas os nomes próprios n e m. Logo, são eles que causam a diferença na informação. Devemos concluir, assim, que n e m são códigos e que as informações veiculadas por eles são diferentes. Como n e m podem ser quaisquer nomes próprios, o que este argumento mostra é que todo nome próprio tem a função de código ⁷.

⁷ Note que o Argumento 1 trabalha com a condição de que E1 e E2 são proferidos no mesmo cenário conversacional. Isso significa que todos os

Alguns exemplos podem nos ajudar a entender melhor o Argumento 1. Digamos que E1= ‘Vá chamar a Maria!’ e E2= ‘Vá chamar a Dalila!’. Imaginemos então duas situações: em ambas o ouvinte A sabe quem é Maria e quem é Dalila (pessoas diferentes), está no estado *s* (um estado em que não chama ninguém), e ouve os enunciados no mesmo cenário conversacional (o falante usa a mesma entonação, faz os mesmos gestos, demonstra o mesmo humor etc.), a diferença entre as duas situações é que em uma A recebe E1 e na outra recebe E2. Suponha ainda que A é um sujeito prestativo. Como A atende ao que lhe é solicitado em cada situação? Ele chama a mesma pessoa ou pessoas diferentes? Se ele chama pessoas diferentes é porque ele recebe informações diferentes e se ele recebe informações diferentes é porque os nomes ‘Maria’ e ‘Dalila’ são códigos que fornecem informações diferentes.

Agora digamos que E1= ‘Quem é Maria?’ e E2= ‘Quem é Dalila?’. Outra vez há duas situações. Em ambas A está no estado *s* (um estado em que não está respondendo perguntas, mas sabe quem é Maria e Dalila) e o cenário conversacional é o mesmo, a diferença entre as duas situações é que em uma A recebe E1 e na outra recebe E2. Como A responde ao que lhe é perguntado? Ele dá a mesma resposta ou respostas diferentes? Se ele dá respostas diferentes é porque ele recebe informações diferentes e se ele recebe informações diferentes é porque os nomes ‘Maria’ e ‘Dalila’ são códigos que fornecem informações diferentes.

Por último, considere que E1= ‘Maria é carioca’ e E2= ‘Dalila é carioca’. Como nos outros exemplos, você deve pensar em duas situações. Em uma A recebe E1 e na outra ele recebe E2, mas em ambas recebe o enunciado quando está no estado *s* (um estado em que não tem crenças sobre a cidade natal nem de Maria nem de Dalila), estando inserido no mesmo cenário conversacional. Suponha que em cada caso, A adquire uma crença por conta do

fatores extralexicaais são os mesmos (a força ilocucionária, a entonação do falante, o gestual, o ambiente etc.). Essa hipótese é importante para que a diferença informacional entre E1 e E2 possa ser creditada exclusivamente à diferença lexical entre E1 e E2. Se o cenário conversacional variasse, seria possível até que enunciados fonética ou graficamente idênticos tivessem efeitos diversos sobre A.

enunciado recebido. A adquire a mesma crença nas duas situações ou adquire crenças diferentes? Se ele adquire crenças diferentes é porque ele recebe informações diferentes e se ele recebe informações diferentes é porque os nomes ‘Maria’ e ‘Dalila’ são códigos que fornecem informações diferentes.

Suspeito que esses exemplos não são exaustivos, mas a ideia é que, dado qualquer enunciado E de uma linguagem L com ocorrência de nomes próprios, há uma instância do Argumento 1 que mostra que, se E causa alguma mudança nos usuários de L, então os nomes próprios que ocorrem em E funcionam como códigos⁸. Consequentemente, se aceitamos o Argumento 1, temos que aceitar que, sempre que o nome próprio n ocorre em um enunciado que causa mudanças em um ouvinte/leitor, n é informativo.

Nesse ponto da argumentação, é preciso recordar o objetivo central deste artigo. A tese que se quer estabelecer aqui é a de que a função de código é a função básica dos nomes próprios. Como foi exposto já na introdução, para estabelecer isso precisamos demonstrar duas cláusulas: 1. sempre que um enunciado com ocorrência de nomes próprios é usado de modo eficiente, os nomes próprios que ocorrem nele funcionam como códigos; e 2. nomes próprios só podem desempenhar uma função referencial se antes desempenharem uma função de código. Ora, o Argumento 1 já pode ser tomado como uma demonstração da cláusula 1. A rigor, o argumento mostra que qualquer nome próprio que ocorre em um enunciado causalmente eficaz é um código. Mas acontece que todo enunciado usado de forma eficiente é causalmente eficaz; diz-se que o enunciado é usado de forma eficiente exatamente porque ele *causa* o efeito esperado. Posto isso, fica claro que o Argumento 1 consiste numa demonstração da cláusula 1. O problema agora é

⁸ Um caso aparentemente diferente é o caso em que um nome próprio é usado sozinho, isto é, alguém diz apenas ‘Maria!’ ou apenas ‘Dalila!’. O que parece diferente é que os nomes não estão inseridos em enunciados. Mas a verdade é que tais proferimentos de nomes já funcionam como enunciados abreviados. Por exemplo, ‘Maria!’ pode abreviar ‘Maria, venha cá!’ ou ‘Maria, olhe para cá!’. Desse modo, o ARGUMENTO 1 também é aplicável a esses casos.

demonstrar a cláusula 2. Esse, contudo, não é um problema insolúvel. Se pensarmos com cuidado sobre o que significa para um nome próprio desempenhar uma função referencial, poderemos demonstrar a cláusula 2.

Em *Naming and Necessity*, Kripke nos faz ver que, entre as muitas ocasiões em que um nome próprio *n* é usado referencialmente, há uma que se distingue de todas as outras. Trata-se da ocasião em que *n* é usado pela primeira vez. Essa ocasião é especial porque nela, os falantes criam um novo padrão de uso para *n* e, dessa forma, dão o primeiro passo para que se inicie uma nova tradição para o uso de *n*. Dali em diante, um falante que tomar parte nessa tradição, ao usar *n* referencialmente, terá a intenção de chamar de *n* a mesma coisa que inicialmente foi chamada assim. Dessa maneira, forma-se um tipo de corrente de usuários de *n*, os quais aprendem a usar *n* de certa forma e levam outros a usar *n* dessa mesma forma. É essa corrente de falantes propagadores de determinado uso de um nome próprio *n* que Kripke denomina de ‘cadeia de comunicação’.

Nessa explicação kripkiana da função referencial dos nomes próprios, podemos encontrar indicações muito claras de que o critério para o uso referencial de um nome próprio *n* não é sempre o mesmo. Há um critério para quando o falante deseja empregar *n* de acordo com certo uso consagrado, e há outro critério para quando ele deseja inaugurar um novo uso para *n*. Creio que, no quadro abaixo, esses critérios são enunciados de modo bastante fiel às ideias de *Naming and Necessity*.

Um nome próprio n desempenha uma função referencial se e somente se: (a) n é usado para nomear um objeto b em um ato de nomeação inicial; ou (b) n é usado com a intenção de nomear b depois de ter sido dado a b em um ato de nomeação inicial, e em razão disso.

Para mim, está claro que só poderemos demonstrar a cláusula 2 se levarmos em conta essa diferença entre o caso (a) e o caso (b). Deve-se mostrar que, em ambos os casos, *n* só desempenha uma função referencial se for usado para codificar informação. Para mostrar isso, apresento os dois argumentos seguintes:

Argumento 2: Quando *n* é usado para nomear um objeto *b* em

um ato de nomeação inicial, *n* é introduzido ou (i) por uma descrição definida *d* ou (ii) por ostensão ⁹. Se a alternativa (i) ocorre, a condição para que *n* passe a referir *b* é a de que *n* seja usado para codificar a informação fornecida por *d*. Se a alternativa (ii) ocorre, a condição para que *n* passe a referir *b* é a de que *n* seja usado para codificar a informação sensorial advinda da ostensão de *b*. Assim, em qualquer alternativa, para que *n* desempenhe a função referencial, ele precisa antes desempenhar a função de código.

Argumento 3: Para que um nome próprio *n* seja usado referencialmente no sentido descrito em (b), três coisas são requeridas: (i) *b* precisa ter recebido o nome *n* em um ato de nomeação inicial; (ii) o falante que usa *n* precisa ter a intenção de usar *n* para referir *b* e não outro objeto qualquer; e (iii) a intenção de uso do falante deve ser ocasionada pelo fato de *b* ter recebido o nome *n* em um ato de nomeação inicial ¹⁰. Como o Argumento 2 demonstra, o requisito (i) só pode ser atendido se *n* é usado para codificar informação. O requisito (ii) faz alusão à intenção de uso do falante. Uma intenção de uso é o que permite ao falante

⁹ Aqui também me apoio em *Naming and Necessity*. Segundo Kripke, quando o ‘batismo’ inicial toma lugar, “o objeto pode ser nomeado por ostensão, ou a referência do nome pode ser fixada por uma descrição” (Kripke, 1980, p. 96).

¹⁰ Note que se uma dessas três condições não for satisfeita, haverá problemas com o uso referencial de *n*. Se (i) não for atendida, ou seja, se *b* nunca foi chamado de *n* em um ato de nomeação inicial, os ouvintes podem não entender o uso que *A* faz de *n*. Se (ii) não for observada, a mesma incompreensão se evidenciará; *A* usará o nome *n*, que os ouvintes conhecem como um nome de *b*, mas não entenderão o uso de *A*, pois *A* não terá a intenção de usar o nome para referir *b* (pode ser até que ele não refira nenhum objeto real). Finalmente, se (iii) não for verificada, *A* usará *n* para referir *b*, mas seu uso não estará conectado por uma cadeia comunicativa ao ato de nomeação que instituiu *n* como um nome de *b*, e isso poderá gerar problemas também. Penso na situação hipotética em que *b* é batizado com o nome *n* duas vezes, em ocasiões separadas, sem que os falantes envolvidos no segundo batismo tenham conhecimento do primeiro. Os responsáveis por esse segundo batismo farão um uso de *n* que poderá não ser entendido pelos usuários da tradição mais antiga, embora todos usem *n* para referir a mesma coisa *b*.

direcionar *n* para *b*. É necessário que o falante tenha uma intenção de uso porque muitos objetos diferentes podem receber o nome *n*; sem o direcionamento que a intenção dá ao nome, *n* não pode ser usado para referir um objeto específico. Digamos que o falante *A* conhece dois objetos que têm o nome *n*, um que tem a propriedade *P* e outro que tem a propriedade *Q*. Digamos que *b* seja o primeiro. Se *A* quiser usar *n* para referir *b*, a única forma que ele tem para fazer isso é codificando em *n* a informação de que *n* é *P*. Dessa forma, a intenção de *A* de usar *n* para referir *b* nada mais é do que o resultado da codificação de certa informação em *n*. Se *n* não for usado para codificar essa informação (ou outra), *A* não terá nenhuma intenção de uso e, por conseguinte, o requisito (ii) não será atendido. Finalmente, em (iii), se requer que o uso que o falante faz de *n* se conecte com certa tradição de uso. Isso só ocorre quando a intenção de uso do falante é similar à intenção de uso dos outros falantes que fazem parte daquela tradição. Ora, pelo que já foi exposto, ter uma intenção de uso para *n* equivale a codificar informação em *n*. Além disso, é preciso notar que *n* pode ser usado para codificar não só uma, mas todo um conjunto de informações. Desse modo, pode-se dizer que dois falantes têm intenções de uso similares para *n* quando há uma interseção significativa entre os conjuntos de informações que eles codificam em *n*. Isso deixa claro que o requisito (iii) só é atendido quando o falante usa *n* para codificar informações comumente codificadas em *n* pelos participantes de certa cadeia comunicativa. Vemos assim que a condição para que os três requisitos sejam atendidos é de que *n* seja usado para codificar informação. Conclusão: um nome próprio *n* só é usado referencialmente no sentido descrito em (b) se *n* desempenhar primeiramente uma função de código.

Tomados em conjunto, o Argumento 2 e o Argumento 3 formam uma demonstração de que nomes próprios só podem desempenhar uma função referencial se antes desempenharem uma função de código, ou seja, eles formam uma demonstração da cláusula 2. Uma vez que a verdade da cláusula 1 já havia sido evidenciada pelo Argumento 1, podemos considerar que, juntos, os três argumentos estabelecem a tese central deste artigo, a saber, a tese de que a função de código é a principal função dos nomes próprios.

A função de código dos nomes próprios e o millianismo. Pelo que se viu na seção anterior, a tese de que a função de código é a função básica dos nomes próprios não é incompatível com a explicação kripkiana de como nomes próprios adquirem uma referência e se mantêm ligados a ela. De fato, quando identifico os casos em que nomes próprios desempenham uma função referencial, os casos (a) e (b), estou apenas resumindo alguns pontos de *Naming and Necessity*. É verdade que nos argumentos 2 e 3 tento fazer conexões que Kripke não faz, conexões entre o uso referencial e o uso codificante dos nomes próprios, mas só faço isso porque consigo explorar certos elementos que o filósofo estadunidense utilizou mas não desenvolveu suficientemente. A noção de *intenção de uso* é um desses elementos. De qualquer forma, se por um lado minha visão é consistente com a ideia de uma cadeia comunicativa que serve de base para o uso referencial dos nomes próprios, por outro lado é incompatível com o millianismo kripkiano.

Minha visão sobre nomes próprios é um tipo de descritivismo. Se meus argumentos estão corretos, a função referencial não é a única função que um nome próprio tem. Não é nem mesmo a principal. Nomes próprios servem principalmente para codificar informação. Neste artigo, não era meu propósito detalhar o modo como essa informação age em nossos sistemas de decodificação de linguagem, mas devemos convir que pelo menos procedimentos de busca e registro na memória são disparados quando um ouvinte/leitor decodifica um nome próprio, e que operações de aporte e associação de informações já registradas na memória são feitas quando um falante usa um nome próprio. De todo modo, fica claro que as informações codificadas em um nome próprio formam um tipo de conteúdo informacional do nome.

É preciso salientar que esse conteúdo não pode ser identificado nem com um significado semântico nem com um sentido fregiano. Considero (com Wittgenstein, Kripke e outros) que o significado da palavra *w* é a regra socialmente estabelecida de uso de *w*. Dito de outra forma, significado é o que o dicionário dá. Obviamente, nomes próprios não têm um significado de dicionário. O conteúdo

informacional de um nome próprio *n* varia de acordo com o usuário de *n* e com as circunstâncias em que *n* é usado. Da mesma forma, sentidos fregianos possuem características que não se coadunam com conteúdos informacionais. Tais sentidos têm duas funções principais: determinar referentes e dotar as expressões da linguagem de valor cognitivo. Certamente, por todas as razões que Kripke apresentou em *Naming and Necessity*, o que determina o referente de um nome próprio não é um sentido. Em contrapartida, uma vez que admitimos que nomes próprios codificam informações, é preciso reconhecer que eles são capazes de produzir mudanças cognitivas nos falantes/ouvintes e isso equivale a reconhecer que eles têm valor cognitivo. Há certos problemas envolvendo nomes próprios cuja solução só se torna possível quando reconhecemos isso. Creio que o enigma de Kripke é um desses problemas. Uma análise desse enigma, porém, ficará para outra ocasião.

Artigo recebido em 05.07.2012, aprovado em 04.07.2014

Referências

- BARROSO, C. A. C. *Uma Análise Internalista dos Nomes Próprios*. 2010. 240 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.
- BOOLOS, G. (ed.), *Meaning and Method: Essays in Honor of Hilary Putnam*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- CAPURRO, R. Past, Present, and Future of the Concept of Information. *TripleC* (Special Edition: What Is Really Information? An Interdisciplinary Approach), vol. 7, nº 2, pp. 125-40, 2009.
- CHOMSKY, N. *New horizons in the study of language and mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- DRETSKE, F. *Knowledge and the Flow of Information*. Cambridge, MA: MIT Press, 1981.
- FLORIDI, L. *Information: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

- FLORIDI, L. *The Philosophy of Information*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- FREGE, G. On Concept and Object. Trad. P. T. Geach and Max Black. *Mind* (New Series), vol. 60, n° 238, pp. 168-180, abr. 1951.
- FREGE, G. Sense and Reference. *The Philosophical Review*, vol. 57, n° 3, pp. 209-230, may. 1948.
- KATZ, J. Has the Description Theory of Names been Refuted? In: G. BOOLOS (ed.) (1990), pp. 31-61.
- KATZ, J. Analyticity, Necessity, and the Epistemology of Semantics. *Philosophy and Phenomenological Research*, vol. 57, n° 1, pp. 1-28, mar. 1997.
- KATZ, J. The End of Millianism: Multiple Bearers, Improper Names, and Compositional Meaning. *The Journal of Philosophy*, Vol. 98, N° 3, pp. 137-166, 2001.
- KRIPKE, S. *Naming and Necessity*. Cambridge: Harvard University Press, 1980.
- KRIPKE, S. A Puzzle about Belief. In: A. MARGALIT (ed.), (1979), pp. 239-283.
- MARGALIT, A. (ed.), *Meaning and Use*. Dordrecht: Reidel, 1979.
- MILL, J. S. *A System of Logic Ratiocinative and Inductive: Being a Connected View of the Principles of Evidence and the Methods of Scientific Investigation* (COLLECTED WORKS OF JOHN STUART MILL, vol. VII, ed. J. M. Robson). Toronto: University of Toronto Press, Routledge & Kegan Paul, 1981.
- MOORE, A. W. (ed.). *Meaning and Reference*. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- RUSSELL, B. Knowledge by acquaintance and knowledge by description. *Proceedings of the Aristotelian Society* (PAS), New Series, v. 11, pp. 108-128, 1910-11.
- RUSSELL, B. A Filosofia do Atomismo Lógico. In: *Ensaio Escolhidos*. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Coleção: Os Pensadores).
- RUSSELL, B. Descriptions. In: A. W. MOORE (ed.) (1993), p. 46-55.
- SEARLE, J. Proper names. *Mind* (New Series), vol. 67, n° 266, pp. 156-173, abr. 1958.
- SEARLE, J. *Intencionalidade*. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.